O servidor acima identificado, REQUER sua inscrição para o Concurso de Remoção, conforme EDITAL Nº. 001/2016-MP/PA, indicando seu desejo de remoção, nos termos das Portarias nºs. 4765/2015 - MP/PJ e nº. 5979/2015-MP/PJ, publicadas, respectivamente, no D.O.E. de 13 de agosto de 2015 e 28 de setembro de 2015, para ocupar a vaga do cargo de _____ no Município de _____, pertencente à Região Administrativa _____.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

ASSINATURA DO CANDIDATO

OBSERVAÇÃO: A constatação de má-fé nas declarações prestadas pelos candidatos, acarretará a anulação da inscrição e de todos os atos dela decorrentes, inclusive a anulação do ato de remoção, se já efetivado, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das cominações legais pertinentes.

ANEXO III TERMO DE DESISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO DE REMOÇÃO

NOME DO SERVIDOR: _____

MATRÍCULA: _____ CPF: _____

CARGO: _____

UNIDADE DE LOTAÇÃO: _____

REGIÃO ADMINISTRATIVA: _____

MUNICÍPIO PARA O QUAL REQUEREU REMOÇÃO: _____

O servidor acima identificado, de forma irrevogável, DESISTE de sua inscrição efetuada para o Concurso de Remoção de Servidores, através do protocolo nº _____, conforme EDITAL Nº. 001/2016-MP/PA, nos termos do art. 7º, §4º da PORTARIA Nº. 4765/2015-MP-PJ, publicada no D.O.E. de 13 de agosto de 2015.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Protocolo 978206

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Ciente Assist. Tecnica.de Equipamentos. Médico Hosp. LTDA.

Objeto: **Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos eletroeletrônicos utilizados pelo Departamento Médico-Odontológico deste Ministério Público do Estado do Pará.**

Nº. da nota de empenho: 2016NE04588.

Dotação Orçamentária: *UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.8331; Fonte 0101. Elemento de Despesa:3390-39.*

Valor: R\$ 3.980,00 (Três Mil Novecentos e Oitenta Reais).

Data da Assinatura: 20/06/2016.

Ordenador Responsável: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES.

Protocolo 978279

PORTARIA N.º 3600/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º cargo das Promotorias de Justiça Criminal de Ananindeua;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 203/2016-MP/COORDENAÇÃO, de 25/5/2016, protocolizado sob n.º 28592/2016, em 25/5/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça TATIANA FERREIRA GRANHEN para, em atuação conjunta e caráter excepcional, exercer nas Promotorias de Justiça Criminal de Ananindeua, as atribuições do 4º cargo, no período de 1º a 19/6/2016, sem prejuízo das demais atribuições

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 14 de junho de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3601/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de julho de 2013,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 171/2016-MP/CCrim, de 11/5/2016, protocolizado sob n.º 26304/2016, em 11/5/2016;

R E S O L V E:

REVOGAR a designação do Promotor de Justiça MÁRIO RAUL VICENTE BRASIL para, sem prejuízo das atribuições originárias, atuar no Juizado Especial Itinerante do Torcedor, no dia 14/6/2016, contida na PORTARIA N.º 2940/2016-MP/PJ, de 17/5/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 14 de junho de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3602/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Jane Cleide Silva Souza;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 12º cargo das Promotorias de Justiça de Marabá;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 332/2016-MP/12ªPJMAB, de 23/5/2016, protocolizado sob n.º 28024/2016, em 23/5/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça LÍLIAN VIANA FREIRE para exercer nas Promotorias de Justiça de Marabá, as atribuições do 12º cargo, no período de 23 a 25/5/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 14 de junho de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional

PORTARIA N.º 3666/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a atuação do Promotor de Justiça Renato Belini de Oliveira Costa no Município de Ananindeua;

CONSIDERANDO a licença do Promotor de Justiça Rodrigo Aquino Silva;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º e 5º cargos das Promotorias de Justiça de Santarém;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 190/2016-MP/CMP/Strm, de 10/6/2016, protocolizado sob n.º 31012/2016, em 13/6/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA para, sem prejuízo das demais atribuições, officiar nas sessões do Tribunal do Júri, de atribuição dos seguintes cargos das Promotorias de Justiça de Santarém, referente aos autos, dias e acusados indicados, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos:

I - 4º cargo, processo n.º 0000397-26.1999.814.0051, em 16/6/2016, Marcílio Cleomar Nascimento Gomes;

II - 5º cargo, processo n.º 0000389-87.2000.814.0051, em 21/6/2016, José Antônio Muniz Teixeira;

III - 5º cargo, processo n.º 0071009-77.2015.814.0051, em 23/6/2016, Carlos Vanderlei Nogueira de Oliveira;

IV - 4º cargo, processo n.º 0006189-83.2014.814.0051, em 28/6/2016, Wallace dos Santos Fernandes.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 15 de junho de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3798/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 7º cargo das Promotorias de Justiça de Santarém;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 195/2016-MP/CMP/Strm, de 15/6/2016, protocolizado sob n.º 31525/2016, em 15/6/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA para, sem prejuízo das demais atribuições, officiar em audiência pública no município de Juruti, referente ao pré-edital de concessão florestal do lote II do conjunto de glebas Mamuru-Arapins, de atribuição do 7º cargo das Promotorias de Justiça de Santarém, no dia 17/6/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 20 de junho de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3801/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a atuação ministerial no Juizado Especial Itinerante do Torcedor, como parte do projeto futebol com justiça;

CONSIDERANDO os termos dos Ofícios n.º 171 e 208/2016-MP/CCrim, datados de 11/5 e 14/6/2016, protocolizados sob n.º 26304 e 31311/2016, em 11/5 e 14/6/2016, respectivamente;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça MÁRIO RAUL VICENTE BRASIL para atuar no Juizado Especial Itinerante do Torcedor, como parte do projeto futebol com justiça, nas dependências do Estádio Olímpico do Pará (Mangueirão), no dia 25/6/2016, sem prejuízo das atribuições originárias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 20 de junho de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3802/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo da Promotora de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Belém;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO para, sem prejuízo das demais atribuições, officiar em processos relativos ao projeto audiência de custódia, de atribuição do 1º cargo da Promotora de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Belém, no período de 1º/7 a 31/8/2016.